



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA



O BRASIL E A NOVA ESTRUTURA INTERNACIONAL

**DIRETRIZES PARA
UM NOVO BRASIL**

8

**O Brasil e
a Nova Estrutura
Internacional**

Brasil. Presidente, 1990-1995 (F. Collor)

O Brasil e a nova estrutura internacional (discursos presidenciais). — Brasília, Presidência da República, 1991.

69p. (Diretrizes para um Novo Brasil, 8).

1. Brasil — Política e Governo — Discursos. I.
Título. II. Série.

CDD 320.981

Presidente Fernando Collor

O Brasil e
a Nova Estrutura
Internacional

Discursos Presidenciais

Presidência da República

Fernando Collor
Presidente da República

Itamar Franco
Vice-Presidente da República

Secretaria de Imprensa
da Presidência da República

1991

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

ABERTURA DA XLV SESSÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS	7
REUNIÃO COM OS REPRESENTANTES DOS PAÍSES DO GRUPO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO — GRULAC	23
ENTREVISTA AO JORNALISTA PAULO HENRIQUE AMORIM, DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO, EM 25 DE SETEMBRO DE 1990	26
A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO BRASIL	31
O BRASIL E O MUNDO NO FINAL DO SÉCULO XX	43
A AÇÃO DO GOVERNO NA MODERNIZAÇÃO DO BRASIL	52
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA	62
ENTREVISTA AO JORNALISTA PAULO HENRIQUE AMORIM, DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO, EM 30 DE SETEMBRO DE 1990	67

Abertura da XLV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas

Senhor Presidente,

Senhores Delegados,

Acolha, Senhor Presidente, meus cumprimentos por sua eleição. O talento de Vossa Excelência garante que nossas atividades serão conduzidas com eficácia e eqüidade. Quero, também, apresentar ao seu ilustre antecessor nosso agradecimento pelo importante trabalho que realizou.

Ao Secretário-Geral Javier Pérez de Cuéllar, asseguro que o Brasil acompanha e apóia a ação diplomática que tem desenvolvido no desempenho de suas atribuições. Reconhecemos em Sua Excelência um Secretário-Geral dinâmico e dedicado aos propósitos maiores das Nações Unidas. Há poucos dias, o Liechtenstein foi admitido como novo Estado-membro. Em nome do Brasil, desejo dar-lhe boas-vindas e augurar-lhe todo o êxito em nossa Organização.

Senhor Presidente,

Esta é a primeira vez em que me dirijo à Assembléia Geral das Nações Unidas. Registro com emoção a coincidência de inaugurar este ano o debate geral precisamente quando, no Brasil e no mundo, transformações múltiplas e profundas estão

revido os conceitos e preconceitos que há décadas vinham asfixiando a comunidade de nações.

Trago-lhes o entendimento do povo e do novo Governo brasileiros quanto às perspectivas mundiais de paz, liberdade e progresso, e sobre o papel que caberá à Organização nos próximos anos.

Estou convencido de que por este fórum privilegiado de reflexão e análise passará necessariamente a aurora de um tempo que estamos tentando construir, cujo brilho dependerá, em última instância, dos esforços individuais e coletivos que logremos envidar pela paz mundial, pela prosperidade das nações e pela solidariedade crescente entre os povos.

Nos últimos doze meses, certos acontecimentos transformaram o panorama das relações internacionais, em especial no eixo Leste-Oeste. Povos até então submetidos a regimes autoritários, assumiram com firmeza, e em definitivo, a trilha da democracia. O fim da guerra fria significou a liquidação de uma herança amarga de desilusões, confrontos e riscos para a própria sobrevivência da humanidade. O abrandamento das tensões internacionais tornou clara a compreensão de nosso destino comum, sublinhando o caráter global das relações dos homens entre si e com o meio ambiente.

Sob o impulso promissor das novas tendências, quase nos permitimos um sentimento de euforia e complacência. Mas a fragilidade da ordem internacional, o efeito desestabilizador de certas situações regionais e a gravidade dos problemas econômicos recomendam-nos cauta reserva.

Golfo Pérsico: «É essencial
que se dê cumprimento imediato
às resoluções adotadas pelo
Conselho de Segurança».

A crise que se abateu sobre o Kuwait constituiu inesperada e grave ameaça à paz coletiva. Na opinião do Governo brasileiro

ro, é essencial que se dê cumprimento imediato às resoluções adotadas, em termos cominatórios, pelo Conselho de Segurança.

Essas resoluções respondem ao clamor da opinião pública internacional. Seu fundamento jurídico se encontra na Carta da Organização. Em consequência, as partes envolvidas têm o compromisso de acatá-las, não como sinal de fraqueza, mas como incontornável obrigação legal e política. Esta parece ser a única forma justa e pacífica de restabelecer a tranqüilidade na região e no resto do mundo. Todos os Estados — queremos crer — estão profundamente interessados na paz e no emprego ágil e eficaz de meios diplomáticos para evitar o conflito.

Ao darem plena e imediata execução àquelas resoluções, os Estados-membros demonstraram que é inaceitável a quebra da ordem jurídica, numa época em que as armas, mesmo convencionais, têm enorme capacidade de destruição e em que a economia internacional configura uma rede de interesses complementares. Afirmaram, também, seu decidido apoio à ação das Nações Unidas naquela área, onde há tantos anos uma crise vem fustigando povos merecedores, como todos os outros, de paz, segurança e prosperidade. Ao Brasil sensibiliza particularmente a sorte do sofrido povo libanês, dividido por embates internos e tolhido em sua capacidade soberana de decidir seu próprio destino pela presença de tropas estrangeiras.

Reitero a determinação do meu governo de, no âmbito de sua jurisdição interna, cumprir de forma integral a Resolução nº 661 do Conselho de Segurança.

As decisões daquele órgão afetam de forma muito diferenciada os interesses econômicos dos Estados-membros, e o Brasil — que sabidamente já lutava com dificuldades — figura entre os países que, fora da área, mais estão penalizados.

Em estreita sintonia com as tendências mais positivas da história contemporânea, o Brasil passa por profundas transformações que o colocam na rota da democracia absoluta e definitiva, da abertura econômica e da justiça social. Eleito por meus concidadãos, no mais livre dos pleitos de nossa história, assumi amplas responsabilidades pessoais e políticas perante os 150 milhões de brasileiros. O mandato que me conferiu o povo é o de

promover a rápida modernização e a plena integração do País na economia internacional, para torná-lo mais competitivo e para que sua gente alcance os níveis de bem-estar a que seu talento e operosidade lhe dão direito.

«É meu dever proteger os setores mais vulneráveis da sociedade.»

Meu compromisso é o de recuperar o Estado e a sociedade, garantir o funcionamento em sua plenitude das instituições democráticas, reestruturar e revitalizar a economia, derrotar a inflação, liberar as forças criadoras da iniciativa privada, combater a miséria que ainda atormenta parcelas do meu povo.

É meu dever, também proteger os setores mais vulneráveis da sociedade. Por isso coloquei a criança e o jovem no alto da lista das prioridades do meu governo. As crianças — tem-se repetido — encarnam o futuro, e isto é tanto mais verdade no Brasil, país de maioria jovem, ansioso por modernizar-se.

Sabemos quão dramáticos são os problemas de nosso País nessa área. Não os ocultamos, nem escondemos nossa determinação de enfrentá-los e resolvê-los. As iniciativas abrangentes que vimos tomando em apoio à criança demonstraram empenho em fazer com que as potencialidades brasileiras se transformem em realidades perenes.

Nesse espírito, saúdo com entusiasmo a iniciativa da convocação da Cúpula para a Criança, a que o Brasil se associa, e da qual pretendo participar pessoalmente, de modo intenso e construtivo.

Ao amparo de transformações importantes ora em curso, desaparecem pessimismos arraigados e procuram compor-se visões contraditórias. O autoritarismo está condenado. Afirma-se uma atitude política e psicológica baseada no avanço concreto rumo à liberdade, à democracia e ao melhor diálogo entre as nações.

Nesse momento, nenhum governo pode excluir-se, ou ser excluído, do debate sobre as perspectivas da ordem mundial. Na América Latina chegamos, com dificuldade, a um estágio avançado de construção democrática e de respeito aos direitos humanos, avanços de que nos orgulhamos e que nos dão renovado ânimo.

«Nem a ideologia, nem a pobreza
podem continuar a separar
os seres humanos.»

Em nossa região, como em outras, mulheres, homens e, sobretudo, os jovens cobram novas energias e esperanças. A América Latina volta a fazer jus aos sonhos libertários de seus povos e se reconcilia com sua verdadeira vocação democrática.

Na África, caem os resquícios do passado colonialista, ao mesmo tempo em que, finalmente, recua o derradeiro foco do segregacionismo e do racismo. Saúdo, com todos os brasileiros, a independência da Namíbia, processo com que meu País sempre esteve solidário, e auguramos ao novo Estado a realização de suas enormes potencialidades. Saúdo, igualmente, a libertação de Nelson Mandela, recebida com entusiasmo pelo Brasil, e lhe desejo todo o êxito em sua corajosa luta.

Globaliza-se a agenda da comunidade internacional. As Nações Unidas encontram-se diante da tarefa da construção de uma nova estrutura de paz e prosperidade. Não mais se pode imaginar um mundo cronicamente dividido em metades que se hostilizam. Nem a ideologia, nem a pobreza podem continuar a separar os seres humanos.

A tendência à globalização vale para todos os quadrantes: Leste e Oeste, Norte e Sul. Os anseios de liberdade, de dignidade e de melhores condições de vida não conhecem fronteiras. As oportunidades não podem ser perdidas, sob pena de que a obsoleta confrontação Leste-Oeste venha a ser sucedida pelo agravamento da crise Norte-Sul e de que novos erros comprometam o destino da sociedade internacional.

«O Governo brasileiro está
preparado para discutir as linhas
básicas de uma nova
estrutura internacional.»

O Governo brasileiro está preparado para discutir as linhas básicas de uma nova estrutura internacional, que garanta a paz e promova a cooperação. Não nos parece bastante preservar os atuais arranjos políticos e econômicos globais, menos ainda reeditar o passado recente ou remoto. O conceito antiquado de poder — como capacidade de destruir e como manifestação de hegemonia econômica — deve ser, finalmente, abandonado. É preciso desmontar os instrumentos práticos do seu exercício. Assim:

I — As alianças militares devem ser transformadas em profundidade, para refletir o mundo convergente e interdependente em que passamos a viver.

II — Os processos parciais de desarmamento devem ampliar-se, assumindo, para honrar os anseios da comunidade internacional, um alcance geral e completo, sobretudo no campo nuclear e no das armas químicas.

III — Finalmente, os quadros de tensão regional deverão passar por rigoroso tratamento diplomático e político que os elimine como focos de instabilidade global.

É imperativo, sobretudo, articular um conceito moderno do poder mundial, como uma capacidade revolucionária de inventar, produzir e construir, em benefício de todas as nações, de todos os povos.

A paz tem múltiplas faces e traduz, em nível internacional, a tendência à democracia, à participação e à representatividade. A democratização da ordem mundial é o pressuposto de uma paz justa, sólida, livre de ameaças de qualquer espécie. A paz deve significar mais do que a abolição de conflitos, de ameaças, do predomínio hegemônico dos mais desenvolvidos ou dos mais fortes. Para tanto, as grandes instituições internacionais devem

expressar a nova realidade e ser capazes de acomodar a rápida e fecunda ampliação dos contatos entre Estados e a formação de agrupamentos múltiplos.

Exemplo desse conceito abrangente de paz é o novo ritmo do processo de diálogo e integração na América do Sul. Os países amazônicos, os andinos e os do Cone Sul conferem, a cada dia, maior densidade a seu entendimento. Entre esses esforços, avulta a determinação dos governos do Brasil e da Argentina de criarem um mercado comum, antes de dezembro de 1994. O processo de integração, no Cone Sul, envolve, além de Brasil e Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile.

Na América Latina, ganha força a articulação do Grupo do Rio, iniciativa pioneira de coordenação diplomática, que agora chega à maturidade política. Nossa área tem, portanto, condições de diálogo com os centros da economia mundial — os EUA, a Europa Ocidental e o Japão — para a exploração de novas oportunidades de intercâmbio e cooperação econômica. A propósito, a recente iniciativa de caráter econômico lançada pelo Governo norte-americano recebeu avaliação positiva por parte de muitos países da América Latina e por certo há de consolidar-se nos próximos meses.

«O Brasil descarta a idéia
de qualquer experiência que
implique explosões nucleares,
ainda que para fins pacíficos.»

No Atlântico Sul, a zona de paz e cooperação — constituída um dia por resolução desta Assembléia — ganha em consistência e, com o abrandamento da tensão internacional, incorpora elementos de interesse coletivo, como a defesa e preservação do meio ambiente marinho. Nesse campo, a nossa zona de paz e cooperação poderá exercer papel inovador, em escala

mundial, se contar com cooperação financeira e tecnológica mais decidida.

O Brasil ratificou o Tratado de Tlatelolco, e tem reiterado, nos foros internacionais, seu respeito aos propósitos deste e de outros acordos internacionais congêneres. Ainda recentemente, Brasil e Argentina anunciaram de público que a implementação do Tratado de Tlatelolco está sendo objeto de intensa troca de opiniões entre as partes interessadas. Esse tratado, iniciativa latino-americana pioneira no campo da não-proliferação de armas nucleares, precedeu qualquer outro esforço de caráter regional ou universal voltado ao mesmo objetivo. Penso, contudo, que é chegado o momento de ir mais longe ainda. O Brasil de hoje descarta a idéia de qualquer experiência que implique explosões nucleares, ainda que para fins pacíficos, e espera que outros países considerem a hipótese de tomar o mesmo caminho.

Senhor Presidente,

Ao Brasil interessam todas as mudanças que visam à consolidação da liberdade e da democracia, ao fortalecimento da verdadeira paz e da segurança internacional, ao fim de velhos mitos e à reconciliação da eficiência com a justiça. Nem tudo, porém, quanto se passa na ordem internacional apresenta sentido de futuro:

I — As estruturas de poder ainda não foram afetadas em sua essência. Poder-se-ia, mesmo, temer pelo reforço da estratificação internacional, tanto econômica quanto política, pelo viés da discriminação no acesso ao conhecimento científico e tecnológico.

II — Os esforços pelo desarmamento ainda guardam forma embrionária, e sua condução diplomática nunca esteve tão distante dos foros de representação multilateral.

III — Episódios militares, em diferentes áreas do mundo, deixam ver que também não estão equacionados muitos dos problemas de segurança regional.

IV — Renovam-se em algumas latitudes as manifestações da xenofobia e do racismo.

Não renunciamos, porém, ao otimismo. A história não se reescreverá. Pensamos que, diante dos desafios globais da vida moderna, a humanidade caminhará — apesar das dificuldades e percalços — em direção a formas pacíficas e produtivas de convivência. A nova estrutura mundial deverá significar um avanço na busca da felicidade humana. Não estamos condenados ao retorno das ameaças do confronto político e da violência.

Uma promissora agenda se anuncia, onde figuram não só a reativação do desenvolvimento econômico e da cooperação internacional, mas também a temática da garantia de todos os direitos humanos — políticos, econômicos e sociais —, da proteção concertada ao meio ambiente em nível planetário e do combate ao tráfico de drogas. Enquanto desaparecem as tensões no eixo Leste-Oeste, coloca-se com todo vigor a questão da definição dos novos lineamentos da ordem econômica internacional.

«Com uma economia que se abre para
o mundo, o Brasil tem a expectativa
que se estabeleça uma economia
mundial aberta.»

Preservam-se, por ora, as práticas e os mecanismos perversos de proteção comercial e de comércio administrado. As aberturas setoriais se fazem com rígida observância do princípio da reciprocidade, em detrimento das economias mais frágeis. É inquietante que o esforço no sentido da liberalização econômica e comercial conviva com a onda neoprotecionista. Com uma economia que se abre para o mundo, e na expectativa de que se estabeleça uma economia mundial aberta, o Brasil participa da «Rodada Uruguai» — nas negociações multilaterais em curso no GATT — confiante em que estas venham a corrigir as desordens e atrofias persistentes no comércio internacional.

O recurso aos subsídios à exportação e as medidas de apoio interno por parte de nações desenvolvidas têm atingido níveis exagerados, que prejudicam fortemente os países em desenvolvi-

mento, capazes de aumentar o suprimento de produtos agrícolas ou agroindustriais ao mercado mundial. É deplorável que, com o arsenal protecionista hoje em uso no mundo desenvolvido, se oponham obstáculos à maior produção mundial de alimentos, num cenário de subnutrição que atinge boa parte da humanidade.

Esperamos resultados equilibrados em todas as áreas em negociação na «Rodada Uruguai», que fortaleçam o multilateralismo e anulem tendências restricionistas. Não desejamos que se congelem disparidades entre o Norte e o Sul, nem que a livre competição continue a ser artificialmente frustrada.

No quadro das conhecidas dificuldades no interior das principais potências econômicas, e entre elas, abre-se o risco de que os megablocos não cheguem a pautar-se pelos interesses globais, pelo sentido de conjunto e pela lógica da abertura econômica, mas degenerem em verdadeiras «fortalezas» comerciais. Agravam esse panorama dois desafios. O primeiro se refere à absorção ordenada dos países do Leste Europeu no mercado mundial, sem que esse vasto e positivo processo perturbe as tradicionais correntes de comércio e investimento entre os países do Norte e do Sul, e sem que provoque novos traumas, agravando a já precária situação econômica dos países em desenvolvimento. O segundo deriva da persistência de radical desigualdade econômica entre as nações, fato que constitui um dos maiores obstáculos ao pleno desenvolvimento das forças econômicas e sociais em escala planetária.

A temática do desenvolvimento econômico e da cooperação internacional deve estar no topo da agenda multilateral.

No Brasil, estamos desenvolvendo um vasto e coerente programa de reformas sociais e econômicas, que, para ser implementado com rapidez, necessita agora do aporte de recursos externos, em termos favoráveis e em benefício mútuo. As medidas adotadas já estão levando à reversão de um quadro econômico que se prenunciava penoso, e criam condições para a retomada imediata da cooperação internacional com o Brasil.

A esse esforço, esperamos que respondam nossos principais parceiros desenvolvidos. Queremos aproveitar por inteiro este

momento no qual, em tantos domínios, o novo supera o antigo. O Brasil quer desempenhar, em todas suas dimensões, o papel que lhe cabe na construção das estruturas mundiais de paz e de cooperação.

A propósito, adotando em maio último a declaração sobre cooperação econômica internacional, esta Casa reconheceu, pela voz uníssona de seus Estados-membros, ser a revitalização da economia dos países em desenvolvimento o mais importante desafio da década que começa.

«Impõe-se como tarefa urgente
e de central relevo para o futuro
dos países em desenvolvimento
a solução definitiva para o problema
da dívida externa.»

O Brasil persegue a eficiência econômica e deseja que a economia de cada país em desenvolvimento possa ser produtiva. Esse objetivo será alcançável se a economia mundial vier a organizar-se melhor, uma responsabilidade compartilhada por todos os países. A permanência da fome, a privação dos confortos mínimos e a extrema necessidade econômica em muitas áreas acabam por repercutir sobre o conjunto, por meios como a depredação do meio ambiente, a violação sistemática dos direitos humanos, a produção e o tráfico ilegal de drogas. Perturbam-se, assim, de forma desastrosa, as condições de vida e a consciência de todas as sociedades.

A última década, se foi propícia às liberdades públicas e ao pluralismo político, foi cruel e parcimoniosa para o desenvolvimento econômico. Este, no entanto, é crucial para a consolidação das próprias instituições democráticas. O esforço gigantesco de tantos povos no mundo em desenvolvimento resultou anulado pela enorme e contínua transferência, para o exterior, de recursos essenciais ao investimento e ao crescimento econômico.

Impõe-se, como tarefa urgente e de central relevo para o futuro dos países em desenvolvimento, e da América Latina em particular, a solução definitiva para o problema da dívida externa. A recuperação econômica de nossos povos é imperativo incontornável, que não pode ser sacrificado. As iniciativas de estabilização e modernização da economia de países em desenvolvimento, e muito especialmente sua maior integração na economia internacional, estariam ameaçadas se mantido em seus contornos atuais o problema do endividamento externo. Parece indispensável que um diálogo sério, franco e criativo nos traga soluções internacionais que permitam a retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico.

Meio ambiente: «O Brasil está disposto a fazer a sua parte, certo de que os demais países farão o mesmo».

O segundo grande tema da nova agenda internacional é o do meio ambiente.

Desta tribuna, convido o mundo a que venha ao Brasil em 1992, para a grande Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, talvez a mais importante reunião internacional deste século, pelo tema, de interesse vital para a humanidade, e pela participação esperada, mesmo no plano não-governamental. Convido todos os Chefes de Estado e de Governo a comparecerem a esse evento. O Brasil os espera de braços abertos.

Esse encontro permitirá que a preocupação genérica com o tema do meio ambiente se defina de forma precisa, e que se firmem acordos com base no sentido de responsabilidade compartilhada entre todos os atores internacionais. Para tanto, será preciso que os governos assumam suas responsabilidades e reexaminem seus objetivos. O Brasil está disposto a fazer sua parte, certo de que os demais países farão o mesmo.

Estamos enfrentando com energia os problemas ecológicos brasileiros. Apesar de sérias dificuldades econômicas, de graves problemas sociais, da enorme extensão de nosso território, o Governo e a sociedade já realizam no campo ambiental um esforço que não fica a dever ao de outros países. Enquanto cresce entre nós a vigilância ecológica, caminhamos para o zoneamento do País, em especial na região amazônica, para delimitar, de forma científica, as grandes áreas que devem ser integralmente preservadas e as que deverão servir, em diferentes graus e sob rigorosa disciplina, ao desenvolvimento econômico.

O Brasil, como os demais países em desenvolvimento, precisa ter acesso facilitado às tecnologias que permitem eliminar os danos ao meio ambiente e que se apresentam como ecologicamente seguras. Essas tecnologias devem ser empregadas em benefício de todos os países. É urgente produzir, no plano internacional, condições financeiras que permitam sua aplicação, em termos competitivos.

Tecnologia: «O que está em jogo
é a nossa própria possibilidade
de integração ao núcleo dinâmico
da economia mundial».

Os países que, historicamente, mais contribuíram para a contaminação ambiental têm uma responsabilidade maior a esse respeito. Ao facilitarem a provisão dessas tecnologias e desses recursos, assumirão papel crucial na reversão do quadro de catástrofe ecológica que esta geração injustamente herdou. Não se trata de monopolizar ou concentrar benefícios, mas de espalhá-los o mais possível, e o espírito de equidade nos faz prever que os países de maior desenvolvimento econômico mais contribuirão com seus recursos para a correção dos problemas ambientais. Esta não deve, ainda que indiretamente, aprofundar o fosso entre países ricos e pobres. O que se impõe é maior solidariedade internacional na utilização de tecnologias modernas e de baixo custo.

Consciente de que a produção, o acesso e a utilização da tecnologia constituem novo e necessário paradigma econômico, o Brasil não pode deixar de manifestar profunda preocupação com as barreiras que ainda se erguem ao livre intercâmbio nesse decisivo domínio.

O que está em jogo é nossa própria possibilidade de integração ao núcleo dinâmico da economia mundial. Os países que subordinados estiverem no plano da tecnologia, subordinados não de estar na nova divisão internacional do trabalho a ser definida pelo avanço tecnológico. As barreiras internacionais re-tratam a dureza de uma política que virtualmente marginaliza os países de industrialização tardia.

A preocupação do Brasil se explica não só por sua capacidade tecnológica — uma das mais elevadas entre as nações em desenvolvimento — mas também por vivermos dentro de absoluta normalidade democrática, com instituições livres em pleno funcionamento, e um governo incondicionalmente fiel ao direito e às suas obrigações internacionais.

Não poderia, senhor Presidente, deixar de referir-me à importância que ganha em nossa pauta comum a temática dos direitos humanos. Com o alastramento dos ideais democráticos, será cada vez mais incisivo e abrangente o tratamento internacional dessa questão.

O Brasil apóia essa tendência. Cremos mesmo que estamos às vésperas de um salto qualitativo a respeito. As afrontas aos direitos humanos devem ser denunciadas e combatidas com igual vigor, onde quer que ocorram. A comunidade internacional muito poderá concorrer para que se criem condições mundiais de garantia do respeito aos direitos humanos.

Impõem-se hoje novas obrigações a todos os países no sentido de assegurar maior liberdade de movimento internacional à pessoa humana, eliminação de todo resíduo discriminatório e proteção dos direitos dos estrangeiros. Os direitos humanos devem ser crescentemente entendidos em sua globalidade, sem distinções artificiais ou especiosas entre seus vários desdobramentos.

«Para que não se converta em fórmula
estéril, o 'novo multilateralismo'
há de ser realmente inovador
e atento ao imperativo
da representatividade.»

Todas as características da nova estrutura mundial apontam para o crescimento das Nações Unidas. Podem-se prever importantes mudanças institucionais na Organização, ainda antes de seu quinquagésimo aniversário, com o objetivo de refletir na diplomacia multilateral as realidades internacionais por toda parte emergentes.

O mundo não parou em 1945, e vem-se preparando, nestes últimos doze meses, para passar a nova etapa histórica. As Nações Unidas, em particular, estão revelando maior energia diplomática, embora, em certos casos, a renovada tendência dos membros permanentes do Conselho de Segurança à atuação em bloco não pareça, por si só, bastante para orientar a redefinição institucional da nossa Organização e do próprio Conselho.

Para que as Nações Unidas — o mais importante, senão o único foro político de âmbito universal — possam responder aos atuais desafios, será preciso retornar às intenções políticas originais da Carta, tantas vezes objeto de equívocos, mesmo em época recente. Desenha-se nelas um nítido equilíbrio entre as prerrogativas dos membros permanentes do Conselho de Segurança e a preservação da igualdade soberana dos Estados-membros. Este último e fundamental princípio deve ser observado no processo negocial de todos os órgãos das Nações Unidas, sem exclusão do Conselho.

Para que não se converta em fórmula estéril ou em disfarce de uma crise política mais profunda, o «novo multilateralismo» há de ser realmente inovador e atento ao imperativo da representatividade. As últimas semanas evidenciaram, de forma direta e dramática, não só a globalização do sistema das relações internacionais, mas também sua vulnerabilidade e sua instabili-

dade. Nunca como hoje, Senhor Presidente, a política e a diplomacia foram tão necessárias na esfera multilateral.

Na construção de novas estruturas políticas e econômicas, somam-se ao empenho na eficiência os crescentes reclamos de participação e justiça na ordem internacional. O empreendimento que une a todas as delegações nesta sala é, afinal, o encontro de uma modernidade que valha para todas as nações, e em que todos reconheçamos a face humana. O que desejamos é um mundo de paz, cooperação, prosperidade, construído sobre os princípios maiores do direito internacional, onde se desenhe no horizonte de nossos povos o melhor destino que tanto esperam, merecem, e hão de alcançar.

Que Deus nos ajude!

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
por ocasião da abertura do debate geral
da XLV Sessão da Assembléia Geral das
Nações Unidas, em Nova Iorque, EUA,
no dia 24 de setembro de 1990.*

Reunião com os Representantes dos Países do Grupo Latino-Americano e Caribenho — GRULAC

Senhores Chanceleres,

Senhores Representantes,

É especialmente grata a oportunidade de reunir-me com os representantes dos países da nossa América Latina e do Caribe, no curso da presente Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

O atual quadro das relações internacionais, desassombrado, no plano mundial, pela superação dos padrões de confronto estratégico, militar e ideológico, e revigorado, no âmbito regional, pelo processo de consolidação dos regimes democráticos de governo, valoriza sobremaneira os foros multilaterais. O fortalecimento do multilateralismo, como forma de atuação diplomática, encontra perfeita correspondência no exercício diário da democracia nos nossos Estados. O recurso aos foros multilaterais aparece, assim, como opção lógica de países que demonstram maturidade como atores da cena internacional pela coerência de sua postura.

Preocupa-nos, entretanto, que o gradativo desaparecimento das disparidades político-ideológicas outrora existentes num

mundo bipolar coexiste com desigualdade crescente entre países ricos e pobres. É contra esta ameaça que precisamos lutar.

A formação dos chamados megabloco econômicos, ou das zonas de comércio preferencial, em diferentes áreas geográficas, pode indicar, em alguns casos, a intenção deliberada de recriar formas de discriminação. Não é este, certamente, o sentido das iniciativas de integração ou de intensificação do comércio regional que, com reconhecido sucesso, vimos tentando desenvolver. Respaldados na comunhão de valores democráticos, na aceitação da necessidade de maior abertura para o exterior e na substituição da retórica por mecanismos de cooperação pragmáticos e realistas, esses movimentos de integração regionais e sub-regionais sugerem perspectivas de benefícios comuns para os países latino-americanos e do Caribe.

Diante de uma realidade internacional que passa por profundas transformações, os países latino-americanos e do Caribe enfrentam ainda a necessidade de recuperar a chamada «década perdida» no plano econômico — em contraste com as vitórias democráticas que, no mesmo período, experimentava a região. O ônus que representou para muitos de nossos países, entre os quais o Brasil, o problema do endividamento externo, transformou a América Latina em exportadora de capitais.

Não ignoramos as carências e desafios que devemos enfrentar — sobretudo no plano do desenvolvimento econômico. Estamos, contudo, convencidos de que o fortalecimento da Organização dos Estados Americanos, o inestimável patrimônio de objetivos, princípios e regras de boa convivência que vimos acumulando desde a criação das Nações Unidas, tal como consagrado em sua Carta, a disseminação dos sistemas democráticos de governo nos países da região, o adensamento dos contatos e as várias iniciativas de integração regional e sub-regional nos permitem depositar renovadas esperanças no futuro.

O Brasil está empenhado, na década de 90, em prestar inequívoco apoio e contribuição para o fortalecimento do foro das Nações Unidas. Esse empenho é, para meu governo, tanto mais claro quanto se identifica com diretrizes que considero primordiais: o respaldo ao multilateralismo; o desejo de estabelecer uma agenda construtiva com os países desenvolvidos; e o enten-

dimento de que a paz mundial, a preservação do meio ambiente, a observância dos direitos humanos e a cooperação para o desenvolvimento deverão constituir metas prioritárias, das quais não pode estar alheio o foro das Nações Unidas.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na reunião com os representantes dos países
do Grupo Latino-Americano e Caribenho — GRULAC,
em Nova Iorque, EUA, no dia 24 de setembro de 1990.*

Entrevista ao Jornalista Paulo Henrique Amorim, da Rede Globo de Televisão, em 25 de Setembro de 1990

Jornalista: Presidente, o que o senhor espera do encontro de domingo com o Presidente Bush? E se o Presidente Bush, por exemplo, pedir para que o Brasil se envolva militarmente no bloqueio ao Iraque e, por exemplo, que o Brasil mande um navio de guerra para o Golfo, o que o senhor diria?

Presidente: Primeiro, eu diria que absolutamente não. Segundo, eu tenho certeza de que o Presidente Bush, conhecendo o novo Governo brasileiro e conhecendo a mim como ele conhece, jamais faria uma solicitação como essa.

Jornalista: Quando essa crise toda no Golfo Pérsico acabar — e o País não vai acabar, o Iraque não vai acabar, o mundo vai continuar de pé —, o Brasil vai continuar tendo relações comerciais, envolvendo armas, tão estreitas quanto tinha com o Iraque no passado?

Presidente: É importante que nós possamos diferenciar a relação do Brasil com o Iraque. Havia a relação formal, que é aquela transparente, que é aquela que aparece; e a informal,

que é aquela quase que clandestina. Quando dizem que o Brasil, por exemplo, armou o Iraque, isso não é verdade. Se nós pegarmos a relação dos armamentos de que o Iraque dispõe, nós verificaremos que apenas zero, zero ponto alguma coisa por cento representa material brasileiro.

Jornalista: Mas, Presidente, há suspeita de que um oficial aposentado das Forças Armadas brasileiras participou de projetos sensíveis do Iraque, com a suspeita até de que ele tenha ajudado a construir uma possível bomba atômica do Iraque.

Presidente: Veja bem, nessa questão da exportação de material de defesa foi tudo feito às claras, de uma forma transparente, de uma forma nítida, e o Brasil naturalmente se sente, de alguma forma, recompensado pelo fato de sua tecnologia ser competitiva em outros mercados como o mercado do Iraque. Agora, é importante que nós saibamos o seguinte: quem armou o Iraque não fomos nós, quem vendeu aviões supercaças, bombardeiros, mísseis, armas químicas, não foi o Brasil. Foi o mundo desenvolvido que armou o Iraque. Essas são as nossas relações formais. As informais, como a que você acaba de se referir do ex-brigadeiro Piva, que já deixou a Aeronáutica, são feitas por uma firma absolutamente legal, dentro das leis brasileiras. Mas é lamentável que isso ocorra. E é por isso, também, que encaminharei ao Congresso Nacional um projeto de lei para criar certos embargos para funcionários públicos que, tendo tido acesso a informações privilegiadas no decorrer da sua atividade de Estado, possam, depois de sair dessa função, ser impedidos de prestar serviço a qualquer uma organização privada, sobretudo estrangeira. Eu acho que essa lei precisa ser implementada para que sirva de uma salvaguarda aos interesses nacionais.

Dívida Externa

Jornalista: As relações entre o Brasil e os Estados Unidos parecem que nunca foram tão boas como no seu governo. Porém, o

problema mais importante nas nossas relações com os Estados Unidos é exatamente a questão da dívida externa. O senhor está satisfeito com o que o governo americano tem feito em relação a dívida externa do Brasil?

Presidente: O Presidente norte-americano vem dando sinais muito positivos de que o seu governo entende o reescalonamento como necessário para a questão da dívida. Seja pela redução de juros, seja pela redução do principal — o que não conta com a simpatia dos bancos privados credores —, seja pelo estabelecimento de novos mecanismos de financiamento para essas economias; enfim, ele vem tendo uma posição positiva e construtiva no que diz respeito a questão da dívida.

Jornalista: *Existe alguma possibilidade de o Brasil ainda este ano pagar alguma coisa aos bancos? Aí eu faria uma segunda pergunta: é possível o País entrar para o Primeiro Mundo, como é a sua obstinada preocupação, e mesmo assim resistir tanto a pagar a dívida como o Brasil está pagando? Por que o Brasil não faz como o México, por exemplo?*

Presidente: O que nós estamos fazendo é negociar a dívida. Há de um lado aquele que emprestou e que quer receber. Quer receber cobrando um juro mais alto possível num prazo mais curto possível. Do outro lado está quem deve e deseja pagar o juro mais baixo possível, no prazo o mais elástico possível. O que o Brasil precisa é defender os interesses nacionais. Ou seja, nós não podemos pagar a dívida externa para depois crescermos. Ou seja, não se trata de saber o quanto nós iremos crescer depois de pagar a dívida, mas sim de quanto nós poderemos pagar depois de garantido o nosso crescimento econômico.

Jornalista: *Devo deduzir por essa sua explicação que vai ser muito difícil os banqueiros privados verem um tostão do Brasil esse ano?*

Presidente: Será uma negociação muito estimulante. Eu acredito que todos nós teremos muito a ganhar em experiência, em conhecimento dos mecanismos, de como caminha esse sistema financeiro internacional. Eu acho que teremos experiências muito positivas nesse campo.

Nova Geração

Jornalista: Na sua conversa ontem no New York Times, o senhor se referiu várias vezes ao fato de ser um homem de outra geração. Quais são as conseqüências políticas de um homem de 41 anos, de outra geração, vir a Nova Iorque e depositar uma rosa na placa em homenagem ao John Lennon no Central Park? Qual é a leitura política disso? Por que isso é importante do ponto de vista político?

Presidente: A nossa geração inaugura no Brasil uma nova forma de convivência com o poder. Antigamente o poder era exercido como uma forma de fortalecimento do Estado e esquecia-se do cidadão, da sociedade. A nossa geração entende que o poder deve ser exercido como uma forma de fortalecer a cidadania e não o Estado. Por isso, disse no *New York Times* que muito mais do que a mudança de um presidente, o que houve no Brasil foi uma mudança de geração, uma mudança de enfoque, uma mudança de postura, uma mudança de entendimento do que seja o mundo. Quer dizer, para que nós estamos aqui, o que nós queremos do mundo? O que é que nós queremos criar, o que vamos querer legar para as gerações que vão nos suceder? A minha geração é aquela geração que tem muito a ver com a paz, que tem muito a ver com a construção de um mundo solidário. É uma geração que não quer ouvir falar em bombas atômicas por exemplo. Quer dizer, é uma geração que sabe dar valor a paz, sabe dar valor ao verde, a um

planeta que não seja devastado. É uma geração que sonha com esse mundo novo.

*Entrevista concedida ao
Jornalista Paulo Henrique Amorim,
da Rede Globo de Televisão, por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
em Nova Iorque, EUA, no dia 25 de setembro de 1990.*

A Construção de um Novo Brasil

Agradeço ao Conselho das Américas, à Sociedade das Américas e à Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos a oportunidade que me oferecem para, mais uma vez, dialogar com tão importante grupo de representantes da sociedade e do setor privado deste país. Em janeiro último, como Presidente eleito, estive aqui para apresentar um diagnóstico sério e realista dos problemas brasileiros e para falar do projeto de reconstrução nacional que havia sustentado como plataforma de governo na campanha eleitoral.

O diagnóstico revelava a gravidade da mais aguda crise econômica enfrentada pelo Brasil em sua história, e não escondia as dificuldades que iríamos encontrar para recolocar o País na trilha do desenvolvimento e da modernização.

Os desafios de lutar simultaneamente contra a hiperinflação, contra o agravamento dos indicadores sociais, contra a crise do Estado e da autoridade do Governo, eram exacerbados pelo desafio maior de vencer o pessimismo e a desconfiança de um povo cansado de promessas e das manipulações econômicas que beneficiavam setores privilegiados e premiavam a especulação e a ineficiência.

Nas urnas venceu o verdadeiro projeto de mudanças.

O povo brasileiro optou pela justiça, pelo bem-estar social, pela economia de mercado, pela fé no reencontro com a democracia, pela inserção moderna do País no contexto internacional.

Oito meses depois, volto com a tranqüilidade de quem tem a confirmação inequívoca de que o futuro já começou. Meu governo ataca de frente os desequilíbrios estruturais e conjunturais de uma economia que inviabilizara o desenvolvimento e o crescimento harmônicos de meu País. Ataca-os com a coragem e a disposição dos muitos brasileiros que não temem mudanças porque elas significam a conquista de um destino de prosperidade e justiça.

«Pretendemos restaurar a confiança
de um povo em suas instituições
e em seu futuro.»

As medidas que tenho adotado significam o desmonte das peias e dos entraves ao pleno funcionamento do mercado e representam a recuperação da credibilidade das instituições públicas, da autoridade e capacidade do Governo de planejar e de governar.

São medidas que vão muito além de um esforço de estabilização. Trata-se de um projeto amplo e articulado, sem similar na história brasileira, e que tenciona atingir a própria essência da atividade econômica. Pretende mudar uma cultura de favores e privilégios. Pretende restaurar a confiança de um povo em suas instituições e em seu futuro.

A estabilização é requisito essencial para a recuperação do crescimento. Não um crescimento qualquer, mas com eficiência e competitividade, com respeito à justiça social e à ecologia, enfim, um crescimento harmônico, que tenha o homem como seu fim último.

Acima de tudo, no entanto, é preciso acabar com o paternalismo que impregna a cultura político-social brasileira, a expectativa de que o Estado resolva todos os problemas e a frustração crônica quando isso não ocorre. O Estado era culpado por todos os males e responsável por todas as soluções. Essa cultura nós já estamos modificando, não pela imposição, jamais, e sim pelo exemplo, pela demonstração de que era essencialmente viciado o desejo de que o Estado estivesse sempre dirigindo a vida do cidadão.

O resultado do amplo programa de desregulamentação que estamos implementando já começa a surgir com toda a força. Eliminamos milhões de documentos do dia-a-dia dos brasileiros. Estamos revendo todas as leis e normas acumuladas ao longo da história. Estamos acabando com as exigências gratuitas e autoritárias, com as exigências sem sentido, com dispositivos que só atrapalham a economia e o cotidiano. Para se ter uma idéia do absurdo burocrático a que chegamos, gostaria de mencionarlhes um exemplo recente. Meses atrás, o cantor Paul McCartney apresentou-se no Rio de Janeiro, no estádio do Maracanã. Para que seu show pudesse ser levado ao ar, os organizadores do evento, além de enfrentarem o usual emaranhado de papéis e trâmites oficiais, tiveram de cumprir a regra determinada pelo Ministro da Infra-Estrutura, herdeiro das funções do antigo Ministério das Comunicações, que estabeleceu a necessidade de uma autorização, pelo fato de que o artista canta em idioma estrangeiro. Não preciso dizer-lhes que já acabamos com essa regra.

Enfim, estamos mudando uma realidade em que os vivos tinham de apresentar um atestado de vida para provar que estavam vivos.

«Apostamos na competência
e na ousadia da classe
empresarial brasileira.»

Horas após assumir o Governo, promovi um duro choque de liquidez na economia, com o objetivo de quebrar a espinha

dorsal da hiperinflação em que vivíamos. Essa forte intervenção do Estado era necessária e inadiável. Somente ela poderia assegurar o início do processo de estabelecimento da livre iniciativa e do mercado como mecanismos centrais de articulação do sistema econômico.

Com efeito, assimilado o impacto inicial do choque, dei início a uma real e profunda democratização da economia. As novas instituições trazem liberdade e previsibilidade para os agentes econômicos. Adotei, entre outras, medidas que consagram a livre negociação salarial, a fixação das taxas de câmbio pelo mercado, a liberalização dos preços e das importações, a desregulamentação em vários campos de atuação e presença do Estado, a privatização de empresas controladas pelo setor público.

Em estreita consonância com o espírito de fortalecimento da competitividade e de estímulo à eficiência, propus o exame da substituição da reserva de mercado como mecanismo de defesa do parque industrial brasileiro. Tenho indicado, de maneira clara, que o respeito às regras da propriedade industrial e intelectual deve ser reforçado, porque sei que é um dos meios decisivos para o estímulo à criatividade do empresário nacional e para a atração do investimento estrangeiro.

No campo da informática, as profundas modificações que introduzi no mecanismo da reserva de mercado serão o passo inicial no caminho de sua extinção. Multiplicam-se as oportunidades de importação e de *joint-ventures* que trarão vantagens efetivas para a indústria e os consumidores nacionais. Apostamos na competência e na ousadia da classe empresarial brasileira e agimos de acordo com essa confiança em nossa capacidade de presença econômica internacional.

Venho travando luta sem tréguas contra as causas e os efeitos da inflação, que mantinha como refém a maioria dos brasileiros, com a perversa conseqüência de punir com maior e indefensável crueldade as camadas mais pobres da população. Os resultados aí estão para corroborar o valor desse empenho: os índices apontam, com transparência, a queda da inflação, que atingira a cifra de aproximadamente 90% por mês em janeiro passado, para cerca de 10% em agosto. Acumulamos se-

guidos e inéditos superávits nas contas do governo e o déficit público foi debelado, numa vitória exemplar sobre a crise fiscal. Dois tabus foram rompidos, pois esse desempenho foi possível sem congelamento de preços e com o início do processo de adoção de tarifas públicas realistas.

O Banco Central detém total controle da política monetária e continuará a seguir a atual linha de austeridade. Nem o mais cético de meus críticos, se movido pela boa-fé, poderá negar o fim da especulação e da ciranda financeira.

As conquistas vão-se sucedendo uma à outra e consolidam verdadeira base de transformação de mentalidades na cultura econômica. Sobre essas bases, fica assegurada a viabilidade de políticas de erradicação dos problemas sociais do Brasil, compromisso que assumi em campanha e pelo qual me empenharei até o último dia de meu mandato.

Também nesse domínio tenho resultados a assinalar: lançamos campanha nacional de alfabetização, a mais abrangente em todo o mundo, de acordo com a UNESCO; criamos o programa «Ministério da Criança», iniciativa que visa dar um basta à miséria e ao abandono em que sobrevivem milhões de jovens cidadãos, espetáculo lastimável da triste realidade humana que nos cerca. A educação, a saúde, a habitação e o saneamento básico serão a finalidade do processo de ajustamento econômico de meu governo.

Em boa medida, os nossos problemas sociais decorrem do fato de jamais haveremos remunerado corretamente o esforço de nossos trabalhadores. Temos uma longa história de salários baixos e, em certos setores, de lucros excessivamente altos e indevidamente protegidos por práticas oligopolistas e cartoriais. Nosso desenvolvimento necessita de novas relações entre o trabalho e o capital. Essa mudança não poderá ser imposta pelo governo. O que devemos fazer, no entanto, é dar idéias e criar motivações. Fazemos justamente isso ao defendermos a proposta da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Consideramos que esse é um instrumento importante na construção de uma sociedade mais equilibrada e próspera.

A retórica dos governantes brasileiros sempre deu especial ênfase a esses temas. No plano das ações, contudo, as palavras

não se materializaram em medidas eficazes para a transformação de nosso trágico panorama social. Há limites para a Nação. Há limites para a paciência do povo.

Meu governo está empenhado em criar as melhores condições possíveis para que a sociedade tome em suas mãos a tarefa urgente de mudar o País. A maioria dos brasileiros não tolera mais a insensibilidade e o descaso com que seus problemas foram tratados ao longo dos anos.

«A causa dos direitos humanos é a primeira das causas do Governo.»

Temos uma posição firme em matéria de direitos humanos. Cuidamos de incentivar na sociedade um sentimento de viva indignação diante das violações que ocorrem no País e no resto do mundo. Recebemos as denúncias sobre a situação precária desses direitos no Brasil não mais como ameaça à nossa soberania, e sim como contribuições para resolver um problema no qual os maiores interessados em soluções somos nós mesmos.

A causa dos direitos humanos é a primeira das causas do Governo. Agimos com determinação e rigor na apuração dos casos denunciados, e no encaminhamento dos culpados à justiça para punição de acordo com a lei. As sociedades nacional e internacional sabem ter agora no Brasil governantes atentos, responsáveis e dispostos a acabar com esse aspecto trágico de nosso dia-a-dia coletivo.

Damos grande importância à preservação da vida e dos costumes das comunidades indígenas no País. Preocupamo-nos com os prejuízos causados pela expansão desordenada e ilegal da atividade econômica em áreas destinadas exclusivamente aos índios. Tomamos medidas drásticas para evitar esse problema, entre elas a ordem que dei para que fossem dinamitadas as pistas clandestinas construídas nas terras Yanomami. Não podemos perder de vista, no entanto, que muitas das agressões con-

tra os índios são fruto de um quadro social que leva muitos brasileiros à busca desesperada de um meio de sobrevivência.

Confirmando a mais elevada prioridade à questão do meio ambiente. No Brasil, está banida a prática de se escamotear, sob o pretexto da defesa da soberania, a verdade sobre o desrespeito e os abusos que se cometeram e se cometem, agora em menor escala, contra a natureza. O crescimento deve coadunar-se com a preservação ambiental: não há mais espaço para atividades predatórias. O Brasil já figura na vanguarda da luta ecológica.

A defesa do meio ambiente não pode sucumbir à tentação das acusações estéreis e da transferência de culpas. Há muito o que fazer nesse campo. A responsabilidade de preservar a vida do planeta para gerações futuras é de toda a humanidade. Sabemos que a restauração e manutenção do equilíbrio ambiental têm alto custo econômico e não somente devem, como podem, harmonizar-se com os imperativos do crescimento e do bem-estar social.

O desafio ecológico é também, por excelência, tarefa da cooperação internacional. O acesso a tecnologias limpas, os investimentos orientados para preservação ambiental, o conhecimento profundo da fauna e da flora de cada ecossistema são necessidades que demandam definições urgentes.

Fundamental é que fomos capazes, como governantes, de conquistar a confiança da sociedade. Não por havermos feito grandes promessas, não porque revelamos boas intenções. Alcançamos tal confiança pelo exercício democrático da liderança da Nação; pela coerência entre as palavras e as ações; pela clareza e consistência do projeto de mudança; pela restauração da autoridade do poder público; pelo respeito absoluto à ordem institucional; pelo exemplo de uma conduta ética.

Todas essas mudanças de atitude e comportamento, lideradas por meu governo, reforçam ainda mais a participação cooperativa e pacífica do Brasil na comunidade internacional. No mundo de hoje já não cabem o isolacionismo e as posturas confrontacionistas. Aqueles que optarem por essas vias estarão condenando seus povos à marginalidade e ao subdesenvolvimento.

«Temos consciência de que vencer
o subdesenvolvimento depende
de nós mesmos.»

A política externa brasileira está voltada para a construção da paz universal. Vivemos um momento extraordinário de consagração do princípio da liberdade individual e dos demais direitos da pessoa humana, de superação das rixas ideológicas e de triunfo da democracia. Os homens que crêem no valor da liberdade devem buscar a consolidação dessas conquistas e participar da montagem de um sistema internacional mais estável, fundado no entendimento e na solução negociada das suas diferenças.

Observo, porém, com grande inquietação, o descaso com que o mundo desenvolvido tem encarado a questão do subdesenvolvimento. Não se pode relegar ao esquecimento a miséria e a fome de dois terços da humanidade. Essa realidade, além de afrontar os princípios morais de nossa civilização, é obstáculo incontornável ao surgimento de um ambiente duradouro de paz e bem-estar globais.

O Brasil superou há muito a tendência de atribuir a fatores internacionais a causa de sua inaceitável realidade sócio-econômica. Temos consciência de que vencer o subdesenvolvimento depende essencialmente de nós mesmos.

Há que assinalar, no entanto, a persistência de certos constrangimentos externos. Entre eles avultam as questões da dívida, do neoprotecionismo e do acesso à tecnologia.

No plano da dívida externa, meu governo tem dado claros sinais de que não avaliará soluções que desconsiderem o imperativo do crescimento e do desenvolvimento do País. Não há nessa atitude qualquer inclinação pelo confronto. Ao contrário, de maneira digna, estamos abertos ao diálogo, e procuraremos, com lealdade e racionalidade, critérios comuns com os credores, que respeitem as regras internacionais e as expressões legítimas dos interesses do povo brasileiro.

Os primeiros entendimentos com o Fundo Monetário Internacional foram auspiciosos. Encontramos nesses contatos uma atitude de amplo reconhecimento dos méritos do programa de estabilização que vimos implementando. Deveremos iniciar conversações com os bancos comerciais, já a partir de outubro próximo. Tenho confiança em que chegaremos a bom termo com negociações sérias, que almejem resultados consistentes e mutuamente satisfatórios. Cumpriremos os compromissos que viermos a assumir e, dessa forma, ingressaremos plenamente no seio da comunidade financeira internacional e reconquistaremos a confiança de nossos parceiros em todo o mundo.

É com esse mesmo propósito fundamental que estamos aderindo ao convênio que estabeleceu a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos, na expectativa de que esse gesto e suas implicações concretas possam ser um elemento a mais para que o País obtenha condições como destinatário de investimentos de todo o mundo.

O Brasil tem fé em seu futuro e na realização integral de suas potencialidades. Estou convencido de que essas potencialidades somente se materializarão em crescimento harmônico, caso o Brasil consiga inserir-se de forma moderna e aberta na economia internacional. Esse é o sentido principal das medidas de liberalização de nosso comércio exterior, da adoção de nova política industrial, de capacitação tecnológica, e do incentivo ao ingresso de recursos de fontes externas.

Meu governo considera bem-vindos os investimentos e investidores estrangeiros que queiram compartilhar conosco das enormes oportunidades existentes no Brasil, pessoas e empresas que desejem apostar na liberdade e no futuro.

Outra iniciativa no plano externo a que venho dando total apoio e impulso é a do programa de integração e cooperação econômica Brasil-Argentina. Juntamente com o Presidente Carlos Menem, fixamos para 1994 a entrada em funcionamento do mercado comum brasileiro-argentino, ao qual manifestaram intenção de aderir o Uruguai e o Paraguai. Eventualmente também o Chile poderá fazê-lo. Trata-se da criação de um mercado consumidor de cerca de 200 milhões de pessoas, cifra que dá a justa medida do potencial de comércio da sub-região e de sua

enorme capacidade em termos de absorção de aportes de terceiros países. Esse potencial, aliás, foi reconhecido pelo Presidente George Bush, cuja «Iniciativa para as Américas» seguramente liberará grande energia no domínio do comércio e dos investimentos.

O Brasil segue sua trajetória de nação pacífica, de nação que quer a paz e a solidariedade entre os homens e está disposta a participar dos esforços nesse sentido. Queremos viver num mundo sem conflagrações, num mundo em que a soberania dos países seja respeitada, num mundo em que o Conselho de Segurança das Nações Unidas não tenha de reunir-se a cada semana para adotar sanções contra Estados signatários da Carta de São Francisco. As rupturas da ordem internacional, principalmente quando envolvem violação clara das normas do direito, devem ser condenadas para que a normalidade se restabeleça e para que elas não mais se repitam. O Brasil é defensor inflexível da ordem e do direito. São as únicas bases para o intercâmbio e o diálogo construtivos entre as nações.

Do diagnóstico feito em janeiro perante esta platéia e de minha posse como Presidente, em março, aos resultados concretos que lhes trago hoje, houve percurso de seis meses em que se fortaleceram as instituições e a convicção de que liberdade e democracia são os bens supremos da vida em sociedade. Um percurso de renovado incentivo à economia de mercado, a chave para a conquista do desenvolvimento. Uma trajetória, enfim, que marca a preocupação de meu governo com a justiça social, com o bem-estar do povo brasileiro e a modernização do País.

«Reafirmo minha promessa de lutar pela criação de um país capaz de dar a seus cidadãos condições plenas de realização material e espiritual.»

Quero agradecer à Sociedade das Américas, que me homenageia com a entrega de tão honrosa distinção. Agradeço muito

especialmente a contribuição decisiva do senhor David Rockefeller na realização deste encontro. Membro de uma família de grandes líderes empresariais, o senhor Rockefeller é um genuíno cidadão do mundo e um bom amigo da América Latina e do Brasil.

Renovo a mensagem de confiança no destino do Brasil e reafirmo minha promessa de lutar pela criação de um país capaz de dar a seus cidadãos condições plenas de realização material e espiritual, e por um mundo onde prevaleçam o entendimento e cooperação como norma e realidade da convivência entre todos os povos.

Existe já a sensação, em meu país e no exterior, de que o Brasil começou de fato a mudar. Os sinais são extremamente positivos, os resultados, concretos e palpáveis. Essa mudança sobressai quando enumeramos o que estamos deixando de fora, de um lado, e o que estamos aproveitando e incentivando, de outro.

Estamos deixando de fora a intervenção estatal ineficiente; a corrupção e os privilégios indevidos e imorais; os vícios do corporativismo; a falta de responsabilidade na condução dos negócios públicos; o descaso para com a nossa dramática realidade social; e a desesperança com que o nosso povo começava a encarar o dia seguinte.

Estamos aproveitando a vocação moderna do País; a pujança de uma democracia jovem, porém madura; a liberdade de dizer e de fazer; o potencial de nosso mercado interno e de nossa capacidade de competir no estrangeiro; o extraordinário material humano de que o Brasil dispõe, sobretudo os seus sentimentos e o seu desejo de mudar para melhor, custe o que custar.

Estamos acostumados aos sacrifícios mais duros, ao trabalho árduo, até hoje mal remunerado, de sol a sol. Estamos aproveitando, enfim, o vigor do ideal. Lidamos com esse ideal e não com interesses particulares; nem os individuais, nem os de grupos. Lidamos com essa vontade de transformação, com o anseio da sociedade brasileira de reconstruir o País em bases mais sólidas e justas de bem-estar social, de solidariedade e de

absoluta responsabilidade para com o futuro de nossa pátria e da comunidade internacional. Que Deus nos ajude!

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na cerimônia de entrega do «Gold Insigne Award»,
durante almoço oferecido pela Sociedade das Américas,
Conselho das Américas e Câmara de Comércio
Brasil-Estados Unidos, em Nova Iorque, EUA,
no dia 25 de setembro de 1990.*

O Brasil e o Mundo no Final do Século XX

Sejam minhas primeiras palavras para agradecer o amável convite que me dirigiu o «Chicago Council on Foreign Relations». Fiquei particularmente feliz com a oportunidade de vir até aqui para falar-lhes das mudanças que ocorrem no Brasil, e, em especial, da perspectiva de nossa presença no sistema internacional. Escolhi para breves considerações o seguinte tema: «O Brasil e o Mundo no Final do Século XX».

A cidade de Chicago é ambiente que inspira a realização das grandes transformações. Isto se vê no arrojo da arquitetura, na força plástica de um *skyline* que revela a pujança econômica e a ousadia empreendedora desta comunidade. Já no início do século, em 1908, o primeiro Embaixador do Brasil em Washington, Joaquim Nabuco, grande estadista e escritor, afirmava na Universidade de Chicago: «Aqui nos achamos em um dos portões do mundo, por onde entram novas concepções sociais, novas formas de ser, em uma das fontes da civilização moderna». Chicago, acrescentava Nabuco, «... é a primeira de todas as estações de experiência de americanização».

Foi muito intenso o impacto que me causou esta metrópole quando aqui estive pela primeira vez no começo dos anos 70. Vim para adquirir equipamentos de composição e impressão *off-set* para o nosso jornal em Alagoas, estado brasileiro. En-

contrei uma ampla oferta de tecnologia moderna, preços competitivos, rigor no cumprimento dos prazos. Guardo a melhor recordação dessa viagem, desse contato com o vigor de uma cidade que, ao longo do tempo, soube confirmar a sua condição de símbolo de uma atitude pioneira madura, da coragem que o tempo não enfraquece mas consolida, uma expressão fiel do caráter do povo deste país.

«Tratamos de estabelecer no Brasil as condições que o habilitem a recuperar o tempo perdido e a avançar rapidamente para a modernidade.»

O Brasil vive um momento decisivo na história de sua modernização, com profundas transformações da ordem interna e de nossa inserção no cenário internacional.

Com o fim do processo de transição democrática, marcado pela realização das primeiras eleições diretas para a Presidência da República desde 1960, os brasileiros conquistaram finalmente a plena cidadania política. Reencontramo-nos com a vocação pluralista que tem por origem a própria história da formação de nossa sociedade. O Brasil é uma nação erguida com a participação de pessoas que vieram de todos os cantos do mundo — da Europa, da África, do Oriente Médio, da Ásia — e que lá tiveram a oportunidade de uma vida melhor, para elas e para seus descendentes.

Faz parte da alma brasileira o desejo de progredir na diversidade, com liberdade. Somos fortemente avessos aos modelos que procuram subjugar os particularismos e o direito dos indivíduos e das comunidades de serem diferentes. Compartilhamos o sentimento dos povos das Américas. Como disse Joaquim Nabuco quando aqui esteve, «o espírito político americano é uma combinação do espírito da liberdade individual com o da igualdade. A liberdade por si só não converteria o imigrante

estrangeiro num novo cidadão; ... o imigrante... eleva-se socialmente na América, e eis o que o faz desejar ser americano».

O povo brasileiro alcançou a liberdade. Resta-nos agora o enorme desafio de alcançar a prosperidade e a justiça social. Não fomos capazes até hoje de traduzir o progresso que realizamos em melhora substantiva da qualidade de vida da maioria de nossa população. O Brasil tem um dos piores perfis de distribuição de renda do mundo, um quadro humano absurdo e inaceitável. Numa sociedade marcada por contrastes dramáticos, é muito forte o apelo dos projetos de igualdade. É natural que seja assim. E é natural também que trabalhar pela igualdade torne-se o núcleo da ação do Governo.

Mas a nossa aspiração de igualdade não é menor do que a determinação em consolidar a democracia, inclusive porque a democracia, nós o sabemos muito bem, é a única forma de garantir a construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária.

Está em curso um amplo trabalho de transformação da realidade brasileira. A democracia é fortalecida com o funcionamento pleno de todos os poderes constituídos e com a crescente organização dos vários setores da sociedade nacional. Meu governo participa da implantação dos hábitos democráticos no dia-a-dia de nossa gente e de nossas instituições. Com esse mesmo propósito, lidera um esforço de revisão e mudança do papel do Estado, que deve concentrar sua presença nas atividades que lhe são próprias numa democracia fundada no pluralismo político e na livre iniciativa, isto é, na assistência aos desassistidos, na educação, na saúde, na segurança e na infra-estrutura de energia, transportes e comunicações.

Estamos empenhados em sensibilizar a sociedade para o imperativo da valorização do trabalhador e da recompensa adequada por sua contribuição. Não cabe ao Governo mudar as relações de trabalho no País, mas é nossa obrigação apresentar idéias e propor caminhos. Esse é o sentido com que vimos insistindo na responsabilidade social dos empresários e defendendo a participação dos trabalhadores no lucro das empresas.

Em suma, tratamos de estabelecer no Brasil as condições que o habilitem a recuperar o tempo perdido e a avançar rapidamente para a modernidade.

Ao enfrentarmos esse desafio, pretendemos estabelecer com o resto do mundo um intercâmbio que favoreça nosso empreendimento. A perspectiva de mudança facilita uma inserção renovada do País no meio internacional. A modificação da natureza e da qualidade de nossos laços externos impulsiona, por sua vez, a evolução interna. Será fundamental a preservação do bom equilíbrio entre esses dois movimentos.

Tive a preocupação inicial de afastar de nós o espectro de uma imagem negativa de país sem rumo e pouco confiável. Encontrei o Brasil desgastado pelo peso e pela intensidade das críticas internacionais nos campos da ecologia, dos direitos humanos e da dívida externa. Encontrei o País até certo ponto intimidado pela opinião pública mundial.

«Optei por mudar a imagem do Brasil pelo debate, pela transparência e, sobretudo, pela obstinação em mudar profundamente a nossa realidade.»

Era evidente, entretanto, que das eleições presidenciais de novembro e dezembro saíra uma Nação engrandecida, uma realidade em que essa imagem adversa não mais faria sentido. Senti que um governo com a força da legitimidade popular poderia liderar essa reversão. Decidi que o caminho não seria nem o da negação teimosa dos fatos, nem o da maquiagem desses mesmos fatos. Optei por mudar a imagem pelo debate, pela transparência e, sobretudo, pela obstinação em mudar profundamente a nossa realidade.

No que concerne ao meio ambiente, por exemplo, cuidei de colocar o Brasil numa posição de vanguarda. Meu governo deu início a um programa sem precedentes de defesa ambiental e de mobilização nacional em torno dessa causa. No plano externo,

passamos à ofensiva com propostas de diálogo internacional maduro e equilibrado sobre o tema, de aumento do volume de recursos destinados à cooperação nesse campo e de total empenho na preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que o Brasil se ofereceu para sediar, em 1992, por estar seguro de que o evento poderá mudar a história das relações entre o homem e a natureza em todo o planeta. Continuamos a insistir na necessidade de se ampliar o acesso às chamadas «tecnologias limpas», imprescindíveis à revolução ecológica mundial em que pretendemos tomar parte.

No campo dos direitos humanos, o meu governo pretende somar a força que essa causa adquiriu nos últimos tempos, em nível internacional, à determinação de nossa sociedade de fazer com que a cidadania no País não se limite à liberdade política e se estenda a todas as dimensões da dignidade da pessoa. Faço questão de tomar conhecimento, diretamente, das denúncias que chegam, de brasileiros e estrangeiros, sobre alegadas violações. Meu governo tem tomado as providências que lhe cabem e tem procurado sensibilizar a opinião pública e as administrações estaduais e municipais para que tratemos de erguer uma nação em que a paz social seja lastreada no bem-estar, na segurança, e no respeito mais rigoroso aos direitos do próximo, de todos os cidadãos.

A proteção da existência e do modo de vida de nossos índios situa-se na confluência do respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente. O bem-estar e a cultura desses povos devem ser assegurados a qualquer custo, e um dos requisitos essenciais para tanto é a preservação de seu *habitat* natural. Deixar de fazer isso é uma violência que se comete contra o índio.

Falei do tratamento que meu governo tem dado à questão dos direitos humanos, do meio ambiente e do índio, e da posição que elas ocupam em nossa agenda externa. Procurei ser claro, mas gostaria que fosse ressaltada uma conclusão central: o Brasil nada tem a esconder, porque tem a coragem de encarar de frente a verdade dos fatos, para resolver nossos maiores problemas com urgência e de uma vez por todas.

Dívida: «Cumpriremos
os compromissos assumidos
mas daremos prioridade à inadiável
retomada do crescimento econômico».

Passo agora à questão da dívida externa. Ao assumir o Governo em 15 de março, encontrei uma comunidade financeira internacional já inclinada a reconhecer que, nos termos em que estava originalmente fixada, era de pagamento rigorosamente impossível. As cifras são de uma magnitude tal que nem mesmo as economias dos países industrializados poderiam resistir a uma drenagem prolongada de recursos nessas proporções.

Fiz questão de iniciar o saneamento de nossa economia interna antes de fazer contatos mais conclusivos com os credores e com os organismos financeiros internacionais. Precisávamos recuperar a estabilidade e um clima de confiança para só então começar conversações equilibradas e construtivas em que o critério básico para nós é o seguinte: cumpriremos os compromissos assumidos, mas daremos prioridade à inadiável retomada do crescimento econômico do Brasil. Estamos certos de que agindo dessa forma, com negociações serenas e racionais, atenderemos melhor aos interesses do povo brasileiro e do sistema econômico mundial. Ao final, o que desejam todos é a integração plena do País à comunidade financeira e ao mercado internacionais.

Nestes três exemplos — do meio ambiente, dos direitos humanos e da dívida externa — pode-se perceber claramente que o Brasil está determinado a se aliar firme e positivamente às tendências predominantes do contexto internacional no processo de renovação de sua sociedade. Vamos utilizar ao máximo o que o mundo tem a oferecer-nos neste momento da história, remando a favor da onda de transformações eminentemente criadoras que vai alterando a face política e econômica do planeta.

Celebramos o fim da guerra fria, contra a qual sempre nos insurgimos, e tencionamos fazer com que as energias diplomáticas e os recursos materiais liberados propiciem um trata-

mento mais responsável, consistente e moral do problema do subdesenvolvimento. Não acreditamos que a nossa civilização possa sustentar-se sobre a paz entre os grandes, de um lado, e a tensão e a miséria grassando entre os outros dois terços da humanidade. A paz deve ser universal e, para que assim seja, deve fundar-se sobre o bem-estar universal. O Brasil defende a paz, não como um mero ideal, mas como um requisito indispensável à realização dos valores e das aspirações humanas.

Sempre sustentamos que a paz só se alcança com a obediência rigorosa às regras da boa convivência e do direito internacionais. Consideramos fundamental o papel da Organização das Nações Unidas, libertada agora das discordâncias e vetos sistemáticos derivados do conflito Leste-Oeste. Suas resoluções de caráter obrigatório devem ser cumpridas rápida e integralmente. No dia em que a ONU for capaz de desempenhar por inteiro as funções para as quais foi concebida, certamente estaremos vivendo em um mundo melhor para todos.

Alegramo-nos com o crescente predomínio do modo de vida democrático e não deixaremos de nos valer desse impulso para o fortalecimento de nossa própria democracia, nascida quando o autoritarismo ainda não deixara de existir em importantes países agora reencontrados com a liberdade.

«O meu governo teve a coragem
de romper com uma tradição mais
restritiva e de tomar medidas
abrangendo a liberalização
das importações.»

Compreendemos perfeitamente o significado da ampliação do comércio internacional, da negociação das novas regras que passarão a regê-lo, e do peso cada vez maior da capacidade científica e tecnológica como requisito de uma participação benéfica nesse intercâmbio. Nossa resposta a essa evolução con-

temporânea é francamente positiva. Por meio de uma nova política industrial e de comércio exterior, resolvemos alargar a exposição de nossa economia à concorrência externa, convencidos de que assim daremos um empurrão decisivo na modernização que buscamos realizar.

O meu governo teve a coragem de romper com uma tradição mais restritiva e de tomar medidas abrangentes de liberalização das importações. Passamos da resistência firme às pressões por uma maior abertura, para uma posição de vanguarda no desmonte do protecionismo. Tratamos de acelerar a redução de nossas tarifas e de eliminar entraves burocráticos e proibições. Sustentamos a necessidade de se respeitarem com rigor as normas que regem o tratamento da propriedade industrial e intelectual e é esse o sentido em que trabalhamos na proposta de aprimoramento da legislação brasileira. Estamos fazendo a nossa parte e esperamos que a comunidade internacional reaja positivamente, em especial na «Rodada Uruguai» do GATT. Os países desenvolvidos precisam rever certas posições defensivas — como as referentes aos setores têxtil e agrícola — atitudes incompatíveis com o momento que estamos vivendo.

Integramos a corrente pela formação de novos espaços econômicos regionais, fundados na proximidade geográfica e nas afinidades culturais e históricas. Nossa ação externa atribui a mais alta prioridade à integração com os países vizinhos da América do Sul, centrada, numa primeira etapa, nos entendimentos com a Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai.

Trabalhamos para que essa rede de intercâmbios venha estender-se à América Latina como um todo, e aos demais países das Américas. Empenhados nesse projeto, vemos com satisfação e esperança o sentido da «Iniciativa para as Américas», anunciada recentemente pelo Presidente George Bush. Parece-nos um passo relevante, em bom momento e boa direção.

Compartilhamos todos a condição de Estados democráticos determinados a melhorar a qualidade de vida de seus povos. Juntos formamos, recorrendo uma vez mais à expressão de Joaquim Nabuco, «uma só unidade moral na história», viabilizada agora pela democracia.

Senhoras e Senhores,

O Brasil quer participar com intensidade cada vez maior na criação de um mundo de paz, liberdade, justiça e bem-estar. Aproveitaremos o que de melhor o ambiente internacional puder oferecer à transformação de nosso País e daremos o melhor de nossa contribuição para que o sonho de felicidade, que é de todos os homens, seja o quanto antes uma realidade concreta. Essa é a vocação do Brasil. Essa é a verdadeira vocação dos povos das Américas. Que Deus nos ajude!

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante jantar oferecido pelo «Chicago Council of
Foreign Relations», em Chicago, EUA,
no dia 27 de setembro de 1990.*

A Ação do Governo na Modernização do Brasil

Os meus mais sinceros agradecimentos pela honrosa distinção do título de «Chubb Fellow» da Universidade de Yale. Esta instituição é em todo o mundo um símbolo da melhor produção acadêmica, um exemplo de trabalho dedicado à busca da verdade, à realização do progresso científico e, portanto, ao bem da humanidade. Esta instituição é um modelo dentro do sistema modelar de ensino dos Estados Unidos da América.

Aqui se respira o ar da liberdade. Aqui se sente, no ambiente acadêmico, a importância que a liberdade tem neste país como fertilizadora para a economia, a política, o convívio social, como raiz do bem-estar e da felicidade de um povo.

O tema central do momento brasileiro é a criação da liberdade. Reconquistamos a cidadania com o desfecho do processo de transição democrática. O cidadão terá agora de tomar em suas mãos a tarefa de erguer um país moderno e socialmente justo, terá de cumprir a missão de libertar o Brasil do subdesenvolvimento e de assegurar a nossa gente um padrão de vida condizente com os requisitos materiais e espirituais para realização plena do indivíduo.

Na consecução de nossas aspirações como nação, o trajeto é necessariamente democrático. Caberá à sociedade a resposta

definitiva sobre os rumos a seguir, sobre as condições para alcançar as metas pretendidas. Dito isto, cumpre assinalar que em todas as etapas da construção histórica da democracia, o papel do Estado foi decisivo. Impõe-se, no entanto, delimitá-lo com clareza a partir do exame e discussão do tema pelo conjunto da cidadania.

«Queremos compartilhar
os benefícios do progresso
da humanidade, queremos
ser contemporâneos na vanguarda
da era.»

Não existe paradoxo em exaltar a democracia ao se valorizar as ações do Estado. Não existe contradição entre a liberdade e a reconstrução do Estado. A realização democrática exige do Estado eficiência na garantia dos direitos humanos, condições de segurança para o cidadão, respeito ao meio ambiente, mecanismos que evitem as distorções dos monopólios e dos oligopólios, serviços públicos de boa qualidade. O Estado é mais do que garantia da liberdade, é também seu promotor e, por isto, parte do processo de evolução democrática. Para que bem exerça esse papel é necessário, assim, que se discuta os níveis ideais da presença do Estado no dia-a-dia do indivíduo e da comunidade, no funcionamento da economia, na assistência aos mais carentes, na produção cultural. No início dos anos 80, o tema ganha contornos polêmicos no Ocidente com o reforço das idéias e práticas liberais, e torna-se ainda mais forte nos últimos tempos com as transformações verificadas nos países socialistas da Europa.

Parte-se em geral do pressuposto — ainda pendente de confirmação — de que as fórmulas que deram certo nas nações industrializadas do Ocidente deverão dar certo também nas nações industrializadas do Leste. Mas e os países em desenvolvimento? Como tratar de seus problemas tão específicos, como enfrentar os seus desafios gigantescos? Qual o caminho a per-

correr e qual a função do governo, especialmente do Executivo, nesse empreendimento?

No caso do Brasil e da América Latina, sabemos claramente o que desejamos. Queremos compartilhar os benefícios do progresso da humanidade, queremos ser contemporâneos da vanguarda de nossa era. Queremos que os nossos povos tenham acesso ao que há de melhor em matéria de bem-estar, de segurança, de formação e de informação. Queremos, em suma, que a nossa gente possa concretizar sua legítima aspiração de ser feliz.

Depois de uma longa espera e de graves percalços, o caminho já está traçado: é o da democracia. Talvez mais do que os povos que sempre viveram, ou que há muito vivem em democracia, tivemos de aprender da forma mais difícil que esse é o melhor caminho e que, sendo o melhor, deve ser o único.

«Há que acabar com a ilusão
de autoridade do Estado gigante.»

Num ambiente em que a regra é a busca da verdade e, ao mesmo tempo, o questionamento das verdades estabelecidas, não venho simplesmente fazer o elogio da democracia. Venho falar aos presentes da satisfação pela chegada de um novo tempo, das expectativas de uma nação que, ainda constringida pelas mazelas herdadas do passado, prepara um salto qualitativo para a modernidade.

A consciência de que os limites do progresso avançam a cada dia é uma característica fundamental de nossa época. O mundo parece acompanhar os passos do pensamento científico na busca constante de horizontes mais ambiciosos.

A realização social e individual torna-se mais complexa. As demandas multiplicam-se e tornam-se muitas vezes contraditórias. Nessas condições, governar passa a ser um desafio muito mais profundo, especialmente num país em desenvolvimento às voltas com o peso do crescente atraso relativo.

As indagações são muitas. Onde encontrar meios para recuperar o tempo perdido? Como conceber instituições — que devem ser permanentes — num mundo tão dinâmico? Qual a medida ideal da intervenção do Estado, quando a experiência recente aponta para o enxugamento da máquina e das atribuições do setor público? Como atender a demandas sociais justas em tempos de rigidez orçamentária?

Os governantes não podem responder a essas indagações com o dogmatismo dos cânones teóricos ou ideológicos, mas sim com a assimilação democrática dos sentimentos e aspirações majoritários das respectivas sociedades; com decisões que partam de fatos e possibilidades concretos, e não do sonho de salvar a nação da noite para o dia. O sonho é necessário, mas insuficiente sem liderança e trabalho.

O Brasil quer ser moderno, na acepção mais abrangente e atual do termo. Venho liderando a reformulação do Estado no sentido de torná-lo mais útil na batalha pela modernização. Para chegarmos a esse destino, teremos de seguir quatro linhas básicas de transformação de nossa realidade: a política, a econômica, a social e a internacional.

Começemos pela necessária transformação política do País. Depois de três décadas durante as quais os brasileiros foram impedidos de escolher seus dirigentes máximos, as eleições diretas para a Presidência da República deram legitimidade ao Governo. Num regime presidencialista e numa sociedade onde o Poder Executivo tem uma tradição de iniciativa, o Governo pode desempenhar papel estratégico de inovação institucional, quebrando a inércia produzida pelo autoritarismo e incentivando a criação de uma mentalidade mais atuante por parte dos diversos segmentos da vida nacional. O Governo pode e deve fazer tudo isso observando fielmente o império da lei.

É preciso também atualizar e adequar o trabalho do Estado, aprimorando seus instrumentos e fazendo com que haja menos governo e mais governabilidade. Há que acabar com a ilusão de autoridade do Estado gigante, imobilizado por seu próprio tamanho, e trocá-la pela autoridade real de um governo capaz de fazer com que a democracia gere mais democracia, mais bem-estar e mais liberdade. Só chegaremos a isso se evitarmos

as tentações populistas, se evitarmos os remédios fáceis que aparentemente solucionam os problemas, mas que, na verdade, só os tornam mais difíceis. A urgência não justifica o risco de atalhos que muitas vezes acabam por gerar retrocessos.

O meu governo está promovendo as condições para o surgimento de um Estado responsável, libertado das amarras das considerações paroquiais e setoriais, um Estado que lidera porque age em nome da Nação. Ganha o Estado a liberdade de atuar nas tarefas que lhe são próprias, na resposta às demandas mais legítimas da sociedade. Ganha o cidadão a liberdade de relacionar-se com o Estado, não mais como devedor e credor de favores, mais como titular de direitos e deveres inalienáveis.

«Nossa realidade social, absurda
e inaceitável, tem que ser
alterada imediatamente.»

A transformação econômica é outra exigência da modernidade. Existe em nossos dias a convicção de que os motores do crescimento são a livre iniciativa, o comércio sem barreiras, a eficácia crescente, a capacitação científica e tecnológica. Nessa perspectiva, os vícios que entravam a modernização resultam de atitudes historicamente imobilistas, da insuficiência de recursos de toda ordem.

Sofremos com o paradoxo de modelos em que a intervenção estatal drástica deveria servir para fortalecer as estruturas do mercado. Os prejuízos surgem quando essa intervenção deixa de ser aguda e passa a ser crônica, pois ela só pode ter utilidade na fase inicial do processo de crescimento, quando se protegem atividades pioneiras. Se persistir, acaba por desencadear efeitos inversos aos pretendidos. No caso do Brasil, foi exatamente isto que ocorreu nas últimas décadas.

Não deixamos, porém, de incorporar os ensinamentos desse fato e de agir em consonância com esses ensinamentos. O cho-

que que tinha de aplicar à economia brasileira, para tirá-la de um quadro de hiperinflação, o meu governo implementou poucas horas depois de empossado. Desde então, estamos empenhados em manter e prolongar o impacto positivo desse choque na luta pela estabilização econômica. Tratamos de erguer um Estado que estimule a competitividade, que garanta a concorrência leal, incentive o fortalecimento da empresa privada e que promova a participação dos trabalhadores na construção e nos benefícios do progresso.

O maior desafio de todos e aquele pelo qual o Governo é mais diretamente responsável, é a transformação social. O Brasil tem um dos piores perfis de distribuição de renda em todo o mundo. Fomos historicamente incapazes de fazer com que a modernização das estruturas produtivas afetasse favorável e proporcionalmente a qualidade de vida da maioria da população. Os contrastes tornaram-se cada vez mais profundos, a riqueza cada vez mais concentrada, e foi diante desse panorama que se manifestou com dramática clareza a impotência dos governos onipotentes.

Nossa realidade social é absurda e inaceitável. Tem que ser alterada imediatamente. Para fazer a sua parte, o Governo deve dispor de recursos políticos, materiais e morais que o habilitem para a correção dos desvios do papel do Estado, para a definição de prioridades tais como o bem-estar das crianças, o resgate da região Nordeste do País, a alfabetização, o ensino fundamental para todos e a saúde pública. Não podemos conviver com um inferno burocrático em que, de cada cruzeiro aplicado em saúde, somente 30% chegam ao destinatário final, ou seja, ao cidadão. Vamos acabar com essa flagrante violação dos direitos essenciais da pessoa humana. O exercício da liberdade supõe a solução dos problemas sociais.

O Governo tem a obrigação de dar substância aos sentimentos coletivos, como o desejo de progresso com preservação ambiental, na forma de políticas concretas e efetivas. A Nação quer um novo padrão de desenvolvimento, não apenas em termos sociais, mas também em termos ecológicos.

O meu governo atribui máxima prioridade à defesa do meio natural. Invocamos o princípio da soberania não mais pa-

ra questionar a legitimidade das manifestações vindas do estrangeiro, mas para assumirmos, em toda sua plenitude, a responsabilidade de velar por nossa integridade ecológica e de reparar o mal que já se fez. Exercemos a soberania com a consciência de que nossa ação tem repercussões planetárias.

«O humanismo não pode ser seletivo
e egoísta: ou vale para todos
os homens, ou não vale nada.»

A comunidade mundial tem o direito de preocupar-se com os danos causados ao meio ambiente, onde quer que ocorram; tem, no entanto, o dever de dar a essa preocupação um encaminhamento objetivo e racional. Tem, ainda, especialmente as nações mais desenvolvidas, o dever de participar com ânimo verdadeiramente construtivo dos esforços de cooperação nesse campo, provendo os meios necessários, sobretudo na área tecnológica, para tanto.

Custa-nos, porém, aceitar o fato de que a questão ambiental tenda a transformar-se, entre as nações do hemisfério norte, em tema focal e quase exclusivo das considerações somente sobre alguns poucos países.

A agenda do relacionamento entre os povos, particularmente entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento, tem que ser mais ampla e abranger as mais variadas dimensões da realidade e dos interesses das partes, com destaque para o drama do subdesenvolvimento, das condições miseráveis em que sobrevivem dois terços da humanidade.

O Brasil não tem o que esconder, quer no que se refere à questão ambiental, quer no relativo aos demais aspectos de nossa vida interna e de nossa conduta externa. É o que meu governo tem deixado bem claro, por exemplo, nas posições que assume na vanguarda da luta ecológica e no tratamento que temos dado às denúncias sobre violações dos direitos humanos no

País, particularmente o trabalho solidário que vimos realizando com a «Anistia Internacional» com o propósito de assegurar ao brasileiro o respeito mais absoluto à sua condição de cidadão de uma democracia. O Brasil não tem o que esconder, porque tem a coragem de enfrentar os problemas, para resolvê-los.

O humanismo não pode ser seletivo e egoísta; ou vale para todos os homens, ou não vale nada.

Cabe agora uma referência mais ampla sobre a indispensável mudança de nossa inserção no sistema internacional. Segundo numerosos cientistas sociais, os anos 80 foram a «década perdida» para a América Latina no terreno do crescimento econômico e da melhora dos padrões de vida. Em certa medida, esse período de dificuldades deveu-se a causas vinculadas ao nosso intercâmbio com o resto do mundo: a alta dos juros, com sua repercussão para nossas dívidas externas; a queda de preços dos produtos primários; e a estagnação dos países em desenvolvimento, que comprometeu seriamente as perspectivas de uma maior cooperação entre eles.

Atravessamos uma fase de adversidades, apesar de um contexto internacional prospectivamente favorável. As grandes forças da história voltaram-se para o horizonte da paz. O conflito é, cada vez mais, fruto da irracionalidade, da quebra das regras básicas de convívio entre os povos, da ação de lideranças arbitrárias e não democráticas.

O Brasil sempre quis e sempre praticou a paz. Aprendemos com as guerras próximas ou distantes que a paz universal não é apenas um ideal. Trata-se, acima de tudo, de uma necessidade fundamental, um requisito básico para a realização integral do homem.

«Democracia é também realização
de uma ética de solidariedade.»

A tarefa que se apresenta diante de nós, e na qual o Governo tem uma importante missão a cumprir, é a de transformar

essas características da hora atual em fatores que contribuam para o desenvolvimento do Brasil. Buscaremos uma interação positiva com o meio internacional e não ficaremos de braços cruzados à espera dos dividendos. Trataremos de tomar parte na construção do mundo do futuro. Há indícios promissores que estimulam o engajamento determinado de toda a comunidade internacional nesse processo.

Estamos em momento de decisiva mudança histórica, em que a desconfiança, o medo, a insegurança podem ser substituídos pelos valores da cooperação e do diálogo, única base para a realização da paz global. A paz é premissa para o exercício da liberdade no plano mundial, para que os povos se livrem do jugo das «razões de segurança» e possam contribuir, cada qual com sua cultura, com seu sentido de nacionalidade, para uma arquitetura de harmonia no sistema internacional.

Desejamos que a prevalência da paz como norma de convivência entre as nações, dos direitos humanos como valor supremo, da democracia como fator de legitimidade, do equilíbrio ambiental como parâmetro do progresso, conduza a atitudes e ações em prol da igualdade efetiva entre os homens, da melhor repartição dos benefícios do desenvolvimento, e da erradicação da fome, da miséria e da violência em nosso planeta.

Senhoras e Senhores,

Falei das quatro transformações que se iniciam no Brasil como raízes da construção de liberdade. A liberdade de participar, que garante a vitalidade política da democracia; a liberdade econômica, que estimula o desenvolvimento e a competitividade; a liberdade social, que está amparada na justiça e na melhor concepção de igualdade; e, finalmente, a liberdade internacional, que significa a possibilidade de contribuir para a paz mundial. O que une as quatro liberdades é a articulação democrática, não como uma finalidade em si mesma, mas como ideário que consagra o bem-estar e a felicidade do homem como objetivo último dos aperfeiçoamentos que buscamos em nossa civilização. Democracia é também realização de uma ética de solidariedade.

É esse o sentido com que tenho procurado liderar a renovação do Brasil. É esse o sentido no qual o Brasil deseja que se faça a renovação do mundo. Que Deus nos ajude!

*Exposição apresentada por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na Universidade de Yale,
em New Haven, EUA,
no dia 28 de setembro de 1990.*

Promoção do Desenvolvimento da Criança

*Senhores Co-Presidentes,
Caros Colegas,*

Foi com interesse muito especial que acompanhamos a inspirada iniciativa do Canadá, Egito, Mali, México, Paquistão e Suécia de convocarem esta reunião. Foi com igual satisfação que atendi ao convite para, juntamente com o Primeiro-Ministro do Japão, apresentar o tema «Promoção do Desenvolvimento da Criança».

A enorme população infantil do meu País e seus graves problemas sociais impunham que eu aqui viesse trazer o meu testemunho sobre a disposição do atual Governo brasileiro de olhar de frente tais questões e de enfrentá-las, compartilhando ao mesmo tempo com os senhores nossos pontos de vista sobre como trabalhar com esse propósito, tanto no nível nacional quanto no da cooperação internacional.

Situo em três planos essenciais nossas responsabilidades nessa questão.

As crianças precisam, em primeiro lugar, ter respeitados os seus direitos humanos fundamentais.

Precisam elas, igualmente, ter o direito de viver em sociedades que incorporem os frutos do progresso e que lhes assegurem

rem um padrão de vida material condizente com os requisitos da dignidade humana.

As crianças necessitam, por fim, ter garantido o direito a um meio ambiente preservado e limpo. A elas pertence o futuro. Para elas temos a obrigação de legar um planeta habitável.

O imperativo ético que temos diante de nós é o de enfrentar a realidade inaceitável dos mais de cem milhões de crianças que, em todo o mundo, morrerão nesta década antes de completar cinco anos de idade. Temos o dever político e moral de reverter esse quadro, enfrentando o desafio com todo o empenho que ele requer.

No plano nacional, impõe-se que reorientemos as prioridades governamentais e concentremos a aplicação de recursos em programas sociais, especialmente nas áreas de saúde, educação, habitação e saneamento.

«Temos que trabalhar unidos para
assegurar a todas as crianças
a plena realização dos direitos
fundamentais.»

No Brasil estamos fazendo um esforço sem precedentes nessa direção. O resgate do menor é prioridade absoluta da ação do Governo. O novo Estatuto da Criança e do Adolescente, que sancionei em maio passado, incorporou o conceito de proteção integral consagrado na Convenção sobre os Direitos da Criança. Criamos o programa «Ministério da Criança», que tem por objetivo somar de maneira mais eficiente e racional as ações das diferentes áreas do Governo na assistência às crianças pobres. Lançamos também uma campanha nacional de alfabetização, talvez a maior já tentada em qualquer país do mundo. Na área da saúde, empreendemos a mais ampla operação de vacinação já realizada na história do País. Traçamos um plano de habita-

ção para, em caráter emergencial, iniciar a tarefa de reduzir o imenso déficit de moradias populares no País. Paralelamente, através de outro programa governamental, estamos buscando melhorar o atendimento das necessidades básicas das populações mais pobres nas áreas de saneamento e abastecimento de água. Diante de denúncias recentes de atentados aos direitos humanos e à própria vida de crianças no meu País, determinei que fosse reestruturado o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério da Justiça, de modo a transformá-lo em instrumento de proteção permanente da integridade física das crianças brasileiras. O Governo Federal já está tomando, junto às administrações estaduais das cidades onde é mais grave este problema, providências para que cessem os vergonhosos abusos contra crianças.

No plano internacional, temos que trabalhar unidos para assegurar a todas as crianças a plena realização dos seus direitos fundamentais.

Para muitos de nós, os anos 80 foram uma década de dificuldades e de retrocesso econômico. Milhões de crianças pagaram com o sacrifício do seu desenvolvimento físico, da sua saúde, da sua educação, o preço dos programas nacionais de ajuste econômico.

É vital que o crescimento econômico com justiça social volte a ser prioridade máxima na agenda internacional, e que este encontro represente o marco inicial de uma nova e decidida vontade política nessa direção.

A melhoria real das condições de vida das crianças somente se fará através do desenvolvimento sócio-econômico, da elevação geral das condições materiais, da montagem de uma economia internacional capaz de romper com as distorções atuais. Para tanto, temos de promover uma solução justa e durável para a questão da dívida externa, incluindo medidas de redução e de conversão para a criação de fundos de investimento em programas sociais. Também é preciso reverter a exportação líquida de capital pelos países em desenvolvimento, evitar práticas prote-

cionistas que dificultem o comércio Norte-Sul, remover restrições à transferência de tecnologia e canalizar recursos adicionais para investimentos.

«A sobrevivência condigna
das crianças depende do que fizermos
hoje pelo ambiente físico
do seu futuro.»

A proteção da natureza tornou-se, em nossos dias, objeto de intensa preocupação mundial. Vemos com satisfação que assim seja. A sobrevivência condigna das crianças depende do que fizermos hoje pelo ambiente físico do seu futuro.

A defesa do meio ambiente exige o diálogo internacional construtivo. Exige também que em todo o mundo sejam adotados modelos de desenvolvimento sustentável. Precisamos satisfazer as necessidades básicas dos mais pobres, rompendo, por um lado, o círculo vicioso que liga a miséria à degradação da natureza, e promovendo, por outro, uma consciência ecológica genuína, que leve à redução substancial dos padrões atuais de desperdício e exaustão dos recursos naturais. Devemos trabalhar juntos no aperfeiçoamento e disseminação de novas tecnologias ambientais «limpas» e na canalização de um volume cada vez maior de recursos, de preferência em bases concessionais, para a proteção da natureza.

Senhores Co-Presidentes,

Caros Colegas,

Esses são os desafios que se nos apresentam como etapa indispensável do caminho que haverá de levar-nos a um mundo de paz e de bem-estar. A um mundo em que as crianças não sejam penalizadas pelos erros e pela imprevidência de gerações que não enxergaram a condição de adulto como inseparável da responsabilidade para com o futuro do homem.

São essas as considerações introdutórias que eu desejava fazer neste debate, que será muito enriquecido com a intervenção de seus participantes.

*Intervenção apresentada por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na sessão de trabalho da Cúpula
Mundial pela Criança, em Nova Iorque, EUA,
no dia 30 de setembro de 1990.*

Entrevista ao Jornalista Paulo Henrique Amorim, da Rede Globo de Televisão, em 30 de Setembro de 1990

Jornalista: O Presidente Bush teve que voltar hoje correndo a Washington para fechar as negociações em torno do orçamento dos Estados Unidos. Ele cancelou quatro compromissos que tinha aqui em Nova Iorque, inclusive um com o Primeiro-Ministro da Espanha, Felipe Gonzalez, mas ele voltou a Nova Iorque para se encontrar com o Presidente brasileiro. Presidente Collor, o que o senhor tratou hoje com o Presidente Bush?

Presidente: Foi um encontro extremamente positivo e que serviu para reforçar os laços que o Governo brasileiro mantém com o governo americano. Temos posições quase que coincidentes em alguns temas. No que diz respeito ao nosso comércio exterior, há uma posição também simpática dos Estados Unidos no que se refere à questão da dívida externa...

Jornalista: Simpática?

Presidente: É. Simpática no sentido de que ele entende que realmente a questão da dívida dos países do Terceiro Mundo deve

ter um tratamento menos draconiano por parte dos bancos. Ele entende que deve ser encontrada uma fórmula mais confortável, que permita aos países devedores voltar a pagar a sua dívida, sem que isso venha a sacrificar o seu crescimento interno, o seu crescimento econômico.

Jornalista: O senhor tratou do Golfo Pérsico com o Presidente Bush?

Presidente: Sim. Não da participação do Brasil, porque conforme eu já lhe havia informado, o Brasil não se dispõe a mandar nenhum navio, nem armamento, para participar do bloqueio, do embargo que vem sendo promovido. Isso nem foi tratado. Fundamentalmente, quando se tocou na questão do Golfo Pérsico, houve de minha parte o lamento de que esta década, que prenunciávamos fosse de paz e de prosperidade — haja vista os eventos da Europa do Leste com a queda do autoritarismo —, tenha sido, de alguma forma, manchada pela atitude tomada pelo Iraque de invadir, de quebrar a soberania de um Estado, tumultuando de uma forma extremamente danosa o equilíbrio e a paz internacionais.

Jornalista: Como é que está a situação dos brasileiros em Bagdá? Ontem o Rei Hussein da Jordânia prometeu-lhe que os últimos brasileiros receberiam o visto de saída em 48 horas, ou seja, amanhã. O que se sabe hoje sobre isso?

Presidente: O Rei da Jordânia foi extremamente simpático e generoso com o Governo brasileiro quando devolveu a ligação que eu lhe havia feito, solicitando sua interferência para a liberação, o mais rapidamente possível, dos 82 vistos que estariam faltando. Ele disse que voltaria a ligar no dia seguinte. Poucas horas depois, ele retornou a ligação, já com uma resposta, dizendo que havia entrado em contato com autoridades iraquianas, que havia falado com o Chanceler iraquiano — o Chanceler inclusive estava lá em Amã naquele dia — e que eles haviam informado que o problema que estava ocorrendo com os 82 vistos era meramente burocrático, questão de papéis, questão de carimbos ou

coisa assim. Ou seja, não há nenhum impedimento de ordem política, nenhuma dúvida de que os vistos serão concedidos. Pelo que me disse o Rei da Jordânia, com a autoridade de interlocutor absolutamente confiável, dentro das próximas 48 horas, a contar daquele instante, ou seja, ontem, já estaria sendo providenciada definitivamente a questão dos vistos para os 82 brasileiros que ainda não os tinham.

Jornalista: O senhor sai daqui dos Estados Unidos com a sensação de que vai ou não vai haver guerra no Golfo Pérsico?

Presidente: Essa é uma pergunta que eu gostaria de responder com a certeza de que não haveria guerra, mas infelizmente não posso fazê-lo. O cenário é preocupante, o cenário é muito preocupante. A escalada é uma escalada típica de uma conflagração total. Nós esperamos que isso não venha a ocorrer. Nós esperamos, sinceramente, que essa questão seja resolvida pelos canais políticos e diplomáticos de que dispomos. Afinal, vivemos num mundo dito civilizado e precisamos mostrar que somos realmente civilizados. Então, é necessário que haja exatamente condições para que a política, para que a diplomacia utilizada possa, se Deus permitir, colocar um ponto final nessa crise, para que não tenhamos que assistir pela televisão e pelos noticiários a mais um conflito gerando morte, gerando dor, gerando sofrimento. Nós queremos é a paz, a liberdade e a justiça.

*Entrevista concedida ao
Jornalista Paulo Henrique Amorim,
da Rede Globo de Televisão, por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
em Nova Iorque, EUA,
no dia 30 de setembro de 1990.*

Série Diretrizes para um Novo Brasil

1. O Projeto de Reconstrução Nacional e O Compromisso com a Democracia
2. A Democracia e o Controle Soberano do Estado
3. Desenvolvimento: o Condutor da Dignidade e do Bem-Estar do Trabalhador
4. Crianças, o Desafio Maior
5. O Fortalecimento da Economia e a Sociedade Brasileira
6. Consciência Ecológica e Qualidade de Vida
7. Educação e Cidadania Plena: um Projeto Brasileiro
8. O Brasil e a Nova Estrutura Internacional

ESTA OBRA FOI COMPOSTA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604 BRASÍLIA, DF,
EM FEVEREIRO DE 1991, PARA
A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA,
COM UMA TIRAGEM DE
5.000 EXEMPLARES

**“O Governo brasileiro está
preparado para discutir as linhas
básicas de uma nova estrutura
internacional, que garanta a
paz e promova a cooperação.”**

Presidente Fernando Collor

